

RECURSOS NATURAIS NA CONSTRUÇÃO E  
LEGITIMAÇÃO DO ESTADO. EXISTE UMA  
POLÍTICA PÚBLICA PARA A INDÚSTRIA EXTRACTIVA  
EM MOÇAMBIQUE?

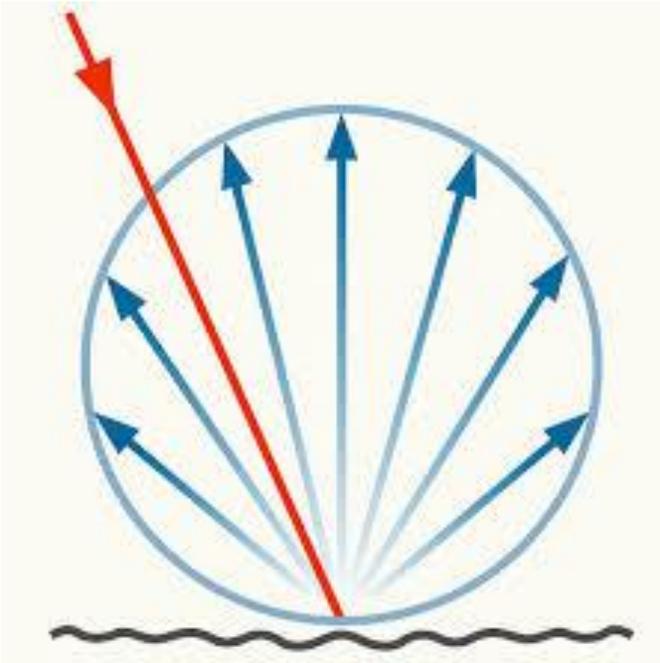
Egidio Guambe, UEM  
[guambeegidio@gmail.com](mailto:guambeegidio@gmail.com)

# Pontos de partida!



- O Sector extractivo transformou-se nos últimos tempo num objecto privilegiado das pesquisas
- Um verdadeiro carnaval académico
- Dificuldades de firmar-se um abordagem cientificamente forte para estudar o sector
- Expectativa de melhoria da qualidade de governação e legitimidade do Estado através dos recursos
- Uma captura por uma elite que explorar as possibilidade do Estado
- Uma forte vulnerabilização do Estado como paradoxo
- Quais são os resultados empíricos e teóricos acumulados no estudo do sector

# Estrutura da reflexão



1. Pressupostos da governação através dos recursos naturais: de políticas pública para acção pública

2. As principais abordagens de políticas públicas em Moçambique. O que dizem sobre recursos naturais e Estado? Resultados empíricos e teóricos acumulados.

3. Leituras criativas. Clientelismo e políticas públicas. Algumas novas pistas de reflexão

## De políticas públicas a acção pública. Podemos ler os recursos naturais pelo prisma de políticas públicas?

- A partir dos anos 1990 a abordagem em termos de PP ganha algum espaço em África
- Uma diversidade de leituras fazem análise de PP “sem o dizer”
- **PP** enquanto conjunto de objectivos e meios implementados pelas autoridades públicas que portam sobre um determinado aspecto (+ ou - largo) da sociedade ou de território
- **Acção pública** – no sentido de ausência de uma entidade unificada – uma multiplicidade de actores que configura um determinado aspecto.
- O essencial é a existência de uma racionalidade da autoridade pública
- Uma lógica de reivindicação do monopólio legítimo de gestão da sociedade (através de uma política)
- Racionalidade governamental – “interesse público”

# Algumas perspectivas de leitura de políticas públicas. E os recursos naturais?

Natureza da literatura é muito influenciada pelo percurso histórico da construção do Estado;

Grande importância é colocada sobre partido Frelimo concebido como um actor quase que onnipresente

## 1. Sociologia política sem recursos naturais

- Baseada na sociologia política da elite e da construção do Estado
- Dominada por um conjunto de investigadores de formação em ciência política;
- Para estes as lógicas de formulação e implementação de PP é tributária da luta de emancipação colonial e consequente domínio da Frelimo;
- Influenciada pela escola da “*politique par le bas*” tende a centrar-se sobre recuperações dos efeitos das políticas pelo partido Dominante (+ do que pelas suas elites)

- Esta literatura vê um divórcio entre a formulação e implementação;
- Um foco centralizado nos doadores para influenciar agendas mesmo se contornados

### Alguns notas para esta abordagem

- Silenciosa quanto ao sector extractivo
- Pouco se sabe dos contornos do partido dominante e os recursos naturais
- O significado político da exploração dos recursos sobretudo o gás e carvão (alguma coisa sobra terra); eleições e indústria extractiva?
- Um silêncio total das pesquisas sobre os doadores
- O que se pode dizer sobre o monopólio do Estado gerir a sociedade através do sector?

# Algumas perspectivas de leitura de políticas públicas. E os recursos naturais? (cont.)

## 2. Economia política do sector extractivo. E o Estado?

- Perspectivas centradas em arranjos das elites.
  - privilegia a análise dos arranjos institucionais entre elites via PP (as PP são vistas de forma muito fragmentada).
  - Atrair mais projectos de investigação e monopolizar o estudo do sector extractivo.
  - Produziu algumas áreas e noções de entendimento do sector
- A. Porosidade** – “acumulação privada é acelerada com base em recursos públicos e à custa do sacrifício das rendas públicas e do desenvolvimento”.
- Uma espécie de privatização ou criminalização do Estado;
  - PP aqui só existe como trampolim dos interesses da elite aliada com capital internacional’;

# Algumas perspectivas de leitura de políticas públicas. E os recursos naturais?

## **B. Political settlement**

- Arranjos de redistribuição de poder entre uma parte da elite dominante do Estado
  - Alianças que fazem as elites nacionais com capital estrangeiro;
  - Promiscuidade entre o económico e o político
- **Algumas notas à abordagem**
  - Olha para a PP como fragmentada e quase inexistente em detrimento de uma elite monopolizador e exploradora do Estado
  - Quase que a elite age em uma selva sem parâmetros públicos
  - Os instrumentos governamentais são quase inexistentes e ou não cumpridos
  - O capital internacional mesmo se mencionado não é analisado nunca. Não se sabe exactamente os seus interesses, representações e recursos.
  - A elite nunca é relacionada com as formas de controlo partidário.

# Algumas pistas de estudos do sector para acção pública

- Estado em contexto de precaridade de recursos – um agente de smart que serve como plataforma de colaboração entre os privados e as entidades públicas
- Não mais tem monopólio de definir a agenda, mas deve sempre negociar e influenciar através de instrumentos
- A corrupção – deve ser enquadrada numa política de conversão. O combate é quase impossível
- Gestão de recursos naturais em regimes autoritários
- Desenvolvimentalismo – como mecanismo de agendar a natureza da corrupção
- As elites e suas alianças partidárias podem conhecer momentos de competição e crises
- Como os recursos naturais podem potenciar “o pobre” para entrar no mercado. Uma agenda de combate de pobreza deve se definir em moldes de permitir capacidade de acesso ao mercado
- O que é monopólio de gestão da sociedade através dos recursos naturais

**OBRIGADO!**